

RESENHA DE "COLABORAÇÃO PREMIADA E PROVA DE CORROBORAÇÃO"

REVIEW OF "AWARD-WINNING COLLABORATION AND PROOF OF CORROBORATION"

LUCAS ANDREY BATTINI

Mestrando em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP. Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela UEL. Pós-Graduado em Direito Penal Econômico e Processo Penal Econômico pela PUC-PR. Advogado.

Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/8011358972349415>].

Orcid: [<https://orcid.org/0000-0002-2621-9399>].

battini@advocaciabl.adv.br

DOI: [<https://doi.org/10.54415/rbccrim.v19i194.372>].

ÁREAS DO DIREITO: Penal; Processual

RESUMO: Na resenha da obra "Colaboração premiada e prova de corroboração", de Luiz Antonio Borri, busca-se apresentar seus principais contributos, principalmente em relação à necessidade de estabelecimento de parâmetros para a validade das palavras do colaborador premiado. Além disso, evidencia-se a perspectiva do autor de aproximação do tema com os direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos e seu olhar crítico para a tutela dos inocentes, apontando-se, ao final, a relevância da obra sobre tema, cada vez mais, em ascensão no direito e processo penal brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Colaboração premiada – Justiça criminal negocial – Prova de corroboração – Direitos humanos.

ABSTRACT: In this review of Luiz Antonio Borri's work "Colaboração premiada e proof of corroboration", we seek to develop its main contributions, mainly in relation to the author's analysis of the need to establish parameters for the validity of the words of the awarded contributor. In addition, the author's perspective of approaching the theme with the Personality, Fundamental and Human Rights and his critical look at the protection of the innocent is highlighted, pointing out, in the end, the relevance of the work on the theme, increasingly, on the rise in Brazilian criminal law and procedure.

KEYWORDS: Award-winning collaboration – Business criminal justice – Corroboration proof – Human rights.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Da aproximação do direito penal e do processo penal com os direitos da personalidade, direitos humanos e direitos fundamentais. 3. A valoração das palavras do colaborador premiado e a delimitação do conteúdo semântico da regra de corroboração: a adoção de *standards* e o controvertido livre convencimento motivado. 4. Considerações finais. 5. Referências. Jurisprudência.